



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000337-67.2015.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública, Exec. Fiscais, Ac. Trab. e Registros Públicos da Comarca de São José

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 5/2015-CGJ

Período da correição: de 30 de março a 29 de maio de 2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo

Analista Jurídico: Cristiane Bernadete de Souza



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular n. 6/2015-CGJ e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: São José

Unidade: Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos

Municípios integrantes: São José e São Pedro de Alcântara

Juiz titular: Otávio José Minatto

Chefe de cartório: Luiz Carlos Longen Machado

Última correição por equipe da CGJ/SC: não houve

Competência: privativa para feitos da fazenda pública, execuções fiscais e acidentes do trabalho.

Entrância: especial

Data da instalação/lei de criação: 21-9-1999/LC 18/1999

Observações: Inicialmente foram gerados relatórios da Vara da Fazenda Pública, sem contudo ser observada peculiaridade local, descrita no despacho de fl. 47. Os processos de execução fiscal, de competência da unidade, encontravam-se numa "vara" separada no SAJ5 para possibilitar o acesso a tais processos pelos servidores do Cartório Remoto de Execução Fiscal, atual Divisão de Tramitação Remota Fiscal.

Assim, em novembro de 2015, foram gerados dois relatórios para cada aspecto analisado na correição.

No mês de dezembro de 2015, em razão de determinação nos Autos CGJ n. 0012329-59.2014.8.24.0600, solicitou-se à DTI a incorporação estatística do acervo de execuções fiscais a sua vara originária no SAJ5, de modo que atualmente todos os processos de competência da unidade foram unificados na Vara da Fazenda Pública, razão pela qual os números apresentados neste relatório na primeira verificação referem-se a soma dos dados captados nas "varas" e na segunda verificação à vara unificada.



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		10.000
1.1.2	Processos em andamento	9.471	
1.1.3	Procedimentos em andamento	529	
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias		15.278
	Cível – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise do Cartório	280	
1.1.4.2	Ag. Audiência	30	
1.1.4.3	Ag. Digitalização	7	
1.1.4.4	Ag. Encerramento do Ato	436	
1.1.4.5	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	165	
1.1.4.6	Concluso 1	2	
1.1.4.7	Cumprir - Urgente	90	
1.1.4.8	Processo Físico Armazenado	9	
1.1.4.9	Recebido do Juiz - Decisão	88	
1.1.4.10	Recebido do Juiz - Despacho	16	
1.1.4.11	Recebido do Juiz - Sentença	275	
	Execução Fiscal - Processos		
1.1.4.12	Ag. Análise Cartório - Citação	5.658	
1.1.4.13	Ag. Análise do Cartório	15	
1.1.4.14	Ag. Encerramento do Ato	6.775	
1.1.4.15	Ag. Impressão – Vara	1	
1.1.4.16	Análise do Cartório - Penhora	194	
1.1.4.17	Análise do Cartório – Termo de penhora	3	
1.1.4.18	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	66	
1.1.4.19	Cumprir Urgente	281	
1.1.4.20	Petição Inicial	731	
1.1.4.21	Petição Inicial – Ag. Digitalização	17	
1.1.4.22	Recebido Contadoria	121	
1.1.4.21	Recebido do Tribunal/Turma	1	
	Juizado Especial Fazendário - Processo		
1.1.4.22	Ag. Encerramento do Ato	17	
	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores (listar os setores encontrados com processos)	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Ministério Público	33	0
1.1.5.2	Serviço Social	2	2
1.1.6	Observações		
a)Informações obtidas em 15-2-2016.			
b)O SAJ5 foi instalado na unidade em setembro/2013.			



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador		Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento		56.084
1.2.2	Processos em andamento	55.542	
1.2.3	Procedimentos em andamento	542	
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	34.448	
1.2.5	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: janeiro de 2016.			

PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador		Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga		3.312
	Local	Total	+ 100 dias
	Cargas internas		
1.2.7	Agentes Antigos de São José	1	1
1.2.8	Contadoria	134	131
1.2.9	Distribuição	4	4
1.2.10	Juizes (Alexandra Lorenzi da Silva, Bianca Fernandes Figueiredo, Cíntia Ranzi Arnt, Haidee Denise Grin, Iasodara Fin Nishi, Paulo Roberto Froes Toniazzo, Rafael Rabaldo Bottan)	217	48
1.2.11	Ministério Público	44	0
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ		
1.2.12	Advogado	268	188
1.2.13	Norberto Rauen	3	0
1.2.14	Perito	6	1
1.2.15	Procuradorias	2.635	1.750
1.2.16	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: janeiro de 2016.			

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.17	Quantidade total de processos com o juiz	217	16	233

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.18	Janeiro a dezembro de 2014	1.631	136
1.2.19	Janeiro a dezembro de 2015	9.374	781
1.2.20	Janeiro de 2016	382	382
1.2.21	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	80	50
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		36	7
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		315	33
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		377	12
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		34	23
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		13	5
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		59	10
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	Não se aplica	Não se aplica
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 11-11-2015. b) Segunda verificação em 12-2-2016. b.1) Item 1.3.1: os 50 registros encontrados na segunda verificação são novos. b.2) Item 1.3.2: dos 7 registros encontrados na segunda verificação, 1 é antigo. b.3) Item 1.3.3: dos 33 registros encontrados na segunda verificação, 7 são antigos. b.4) Item 1.3.4: dos 12 registros encontrados na segunda verificação, 3 são antigos. b.5) Item 1.3.5: dos 23 registros encontrados na segunda verificação, 4 são antigos. b.6) Item 1.3.6: dos 5 registros encontrados na segunda verificação, 2 são antigos. b.7) Item 1.3.7: dos 10 registros encontrados na segunda verificação, 9 são antigos. c) Orienta-se que o(a) chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	36	33	57	30
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	15.227	15.201	15.074	15.025
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	853	758	872	842
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	4	3	5	4
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	264	206
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	1.726	1.697	1.737	1.723
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	321	23	349	288
1.3.11.8	Cartório - arquivar	208	165	234	232
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	65	49	127	92
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	86	26	108	2
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	4	3	3	3
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	26	1	26	5
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	702	589	899	827
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	1.390	1.342	1.388	1.371
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	0	0	0	0
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	457	428	416	397
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	122	120	125	124
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	2.454	2.414	2.401	2.379
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	1	1	1	1
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	51	51	50	50
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	943	795	586	501
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	51	50	50	50
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 11-11-2015.				
	b) Segunda verificação em 12-2-2016.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	2.819	2.854
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	Não se aplica	Não se aplica
		Definitivo		Não se aplica	Não se aplica
1.4.7.1	Réu preso - total		Não se aplica	Não se aplica	



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 31-10-2015)		27.317	25.311	
	Petição intermediária		3.615	2.659	
	Peticionamento eletrônico		147	110	
	Mandados		2.338	2.241	
	AR		1.691	1.531	
	Execução de sentença		16	12	
	Incidente processual		4	3	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	7.149	7.011	
	Pauta de audiências		257	223	
	Carga		399	334	
	Cartas recebidas		190	181	
	Processo		2.152	2.104	
	Recurso		6	2	
	Usuário		9.353	8.900	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			4.106	4.064
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			0	0
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			2.483	2.198
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 11-11-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 4.106 processos, 90 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 4.016 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 12-2-2016. b.1) Item 1.4.9: dos 4.064 processos, 88 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 3.976 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	1.738	1.612
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		345	334
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		12	11
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		30	26
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		209	321
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 11-11-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de outubro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 12-2-2016.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 a 1.5.4: dados do mês de dezembro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não Alimentado(1) Não alimentado (2)	Não alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não se aplica	Não se aplica
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Corretamente alimentado (1) Não se aplica (2)	Corretamente alimentado
1.6.6	Observações	<p>a) Primeira verificação em 11-11-2015.</p> <p>a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): (1) última atualização da Vara da Fazenda Pública em 11-11-2014. (2) última atualização da Vara dos Executivos Fiscais em 5-2-2014</p> <p>a.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 12-2-2016.</p> <p>b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 11-11-2014.</p> <p>b.2) Item 1.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações "em andamento", "arquivado", "suspensão", "arquivado administrativamente", "grau de recurso", "remetido a outro juízo ou entregue à parte", "remetido a outro foro" e "recebido em outro foro". Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p>		



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Creche - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2016.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Cristiane Bernadete de Souza
Analista Jurídico - M14829